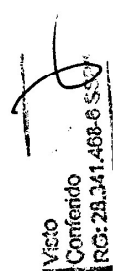
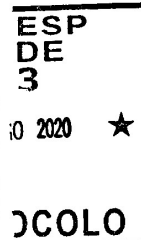


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA LIMITADA FFCI AUTOMACÃO
E INSTALAÇÃO LTDA.**

Pelo presente instrumento de alteração e consolidação do contrato social, as partes:

FELIPE SERGIO DA SILVA SOARES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 48693606-5, inscrito no CPF/MF sob nº 396.593.538-04, residente e domiciliado à Rua Poker, número 87, apto 14, bloco 2, Pq. Frondoso CEP. 06709-625, Cotia/SP e **FLAVIO DE SOUZA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 44665914-9, inscrito no CPF/MF sob nº 397.968.708-27, residente e domiciliado à Rua Renzo Baldini, 535, casa 04, Parada XV de Novembro, CEP. 08248-000, nesta Capital, sócios da empresa **FFCI AUTOMACÃO E INSTALAÇÃO LTDA** com sede na Rua Poker, número 87, apto 14, bloco 2, Pq. Frondoso CEP. 06709-625, Cotia/SP, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o Nire nº 3523125317-5, CNPJ nº 23.326.988/0001-89, resolvem entre si, como de fato resolvido, na melhor forma de direito e de pleno e comum acordo, alterar o seu contrato social conforme as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA I – Sede

A sociedade antes localizada no Município de Cotia, na Rua Poker, número 87, apto 14, bloco 2, Pq. Frondoso CEP. 06709-625, Cotia/SP, tem sua sede alterada para o endereço localizado à Rua Renzo Baldini, número 535, CEP 08248-000, Parada XV de Novembro, São Paulo/SP, podendo ser transferida para outro endereço, bem como abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do País.

CLÁUSULA II – Capital Social

O Capital Social da sociedade, que antes era de R\$40.000,00, divididos em 40.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real), totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 100,00 dividido em 100.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente subscrita e integralizada, assim distribuídas entre os sócios quotistas:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
FELIPE SERGIO DA SILVA SOARES	50	50000	R\$ 50.000,00

[Assinaturas manuscritas]



JUCESP

FLAVIO DE SOUZA

21 08 50 50000

R\$ 50.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/02.

CONTRATO SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes:

FELIPE SERGIO DA SILVA SOARES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 48693606-5, inscrito no CPF/MF sob nº 396.593.538-04, residente e domiciliado à Rua Poker, número 87, apto 14, bloco 2, Pq. Frondoso CEP. 06709-625, Cotia/SP e **FLAVIO DE SOUZA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 44665914-9, inscrito no CPF/MF sob nº 397.968.708-27, residente e domiciliado à Rua Renzo Baldini, 535, casa 04, Parada XV de Novembro, CEP. 08248-000, nesta Capital.

CLÁUSULA I – Denominação Social

Sob a denominação social de **FFCI AUTOMAÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA**, fica constituída a presente sociedade empresária limitada, a qual será regida pelo presente contrato social e pela legislação que lhe for aplicável.

CLÁUSULA II – Sede

A sociedade tem sede na Rua Renzo Baldini, número 535, CEP 08248-000, Parada XV de Novembro, São Paulo/SP, podendo ser transferida para outro endereço, bem como abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do País.

CLÁUSULA III- Objeto Social

A sociedade tem por objeto social, instalação e manutenção elétrica, atividade de monitoramento de sistema de segurança eletrônico, instalação de sistemas de hidráulica e prevenção a incêndio, atividades de telecomunicação, serviços de engenharia, serviços de apoio a edifícios e comércio de equipamentos de comunicação, telefonia, áudio, vídeo e suprimentos de informática.

Viso
Conferido

[Assinaturas manuscritas]

JUCESP
CLÁUSULA IV- Prazo de Duração

O início das atividades da sociedade com a assinatura do presente contrato e seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e terá prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA V – Capital Social

O Capital Social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional é de R\$ 100,00 dividido em 100.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma. Assim distribuídas entre os sócios quotistas:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
FELIPE SERGIO DA SILVA SOARES	50	50000	R\$ 50.000,00
FLAVIO DE SOUZA	50	50000	R\$ 50.000,00

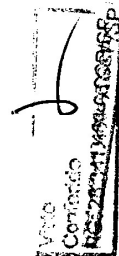
Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA VI – Administração

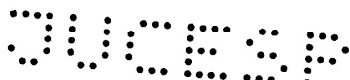
A sociedade será administrada pelos sócios FELIPE SERGIO DA SILVA SOARES e FLAVIO DE SOUZA, os quais competem administrar a sociedade **isoladamente**, praticando com plenos e ilimitados poderes de gestão, os atos necessários ao bom andamento de seus negócios e a realização dos seus objetivos, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar, títulos de emissão da sociedade, abrir e encerra contas bancárias, assinar, enfim, todos os papeis de interesse as sociedade, podendo nomear procurador, ou procuradores para auxiliá-lo na gestão da sociedade.

Paragrafo Primeiro: As procurações outorgadas pela sociedade deverão ser assinadas por ambos os sócios, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

Paragrafo segundo: O uso da sociedade será feito por ambos os sócios somente para negócios da própria sociedade, vedado em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



Handwritten signature



CLÁUSULA VII - Exercício Social, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras, Lucros e Prejuízos

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Paragrafo Primeiro: O lucro líquido apurado, se houver, terá a destinação que vier a ser decidida pelos quotistas representando a maioria do capital social, podendo a distribuição dos lucros desproporcional à participação dos sócios na Sociedade.

Paragrafo Segundo: A sociedade poderá determinar o levantamento de balanços patrimoniais e demonstrações financeiras mensais, trimestrais, semestrais, e com base nelas distribuir lucros aos quotistas, na forma que for estabelecido pela legislação fiscal ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA VIII – Pró-Labore

Os sócios entre si fixarão o valor da retirada mensal, assim como a forma de distribuição dos resultados.

CLÁUSULA IX – Falecimento de Sócio

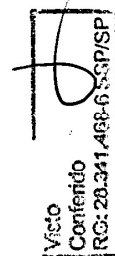
A sociedade não se dissolverá no caso de ocorrer o falecimento de qualquer dos sócios, e seus herdeiros ou sucessores poderão entrar em seu lugar na sociedade, mediante acordo com o sócio remanescente. Não sendo possível ou inexistindo interesse, os bens do falecido, após regularmente apurados em Balanço Geral elaborado dentro de 60 (sessenta) dias corridos do óbito, serão pagos a seus herdeiros em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente reajustadas de acordo com o índice inflacionário oficial da época.

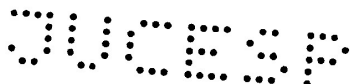
Paragrafo Único: serão obrigatoriamente regidas e interpretadas pelas disposições do Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), aplicável a presente matéria, quaisquer dúvidas ou questões que gerem impasse na sua interpretação.

CLÁUSULA X- Retirada de Sócio

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar através de carta registrada ou protocolada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, conforme determina o artigo 102 do Novo Código Civil (Lei 10.406/2002). E os seus haveres devidamente apurados em balanço lhe serão pagos na forma da cláusula anterior.

CLÁUSULA XI – Cessão de Quotas



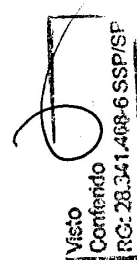


As quotas da capital social, assim como os direitos sobre as mesmas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que as mesmas sejam oferecidas ao outro sócio, que em condição de igualdade, terá sempre direito de preferência;

Paragrafo Primeiro: Se algum sócio pretender transferir, vender, alienar, ou ceder, mesmo em dação de pagamento suas quotas, deverá dar ciência de tal fato ao outro sócio, comunicando este por escrito para que no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, o mesmo possa exercer os direitos de preferência.

Paragrafo Segundo: O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no paragrafo anterior, permitira que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas.

Paragrafo Terceiro: caso venha ocorrer a cessão à terceiros, o sócio cedente responderá solidariamente com o cessionário, pelo prazo de até 2 (dois) anos depois de averbada a modificação do contrato, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.



CLÁUSULA XII – Deliberações

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1.072 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

CLÁUSULA XIII- Conselho Fiscal

A sociedade não terá Conselho Fiscal.

CLÁUSULA XIV- Legislação Aplicável

A sociedade será regida pelas disposições do Código Civil e demais legislações aplicáveis.

Paragrafo único: Os sócios adotam no que for compatível e não convencionado expressamente em contrário, respeitadas as normas de ordem publica próprias do tipo jurídico, a regência supletiva pela Lei 6.404/76, modificada pela Lei 10.303/01 (Lei das Sociedades Anônimas).

CLÁUSULA XV – Desimpedimento e Legislação Aplicável

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em quaisquer crimes previstos que possam impedi-los de exercer atividade empresarial.

Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos do Código Civil Brasileiro e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, sem prejuízo das disposições supervenientes.

42300
02 00 12

5ª TABELA
Denival Marce
ESCREVENTE
SÃO PAULO